

A invenção colonial do Nordeste: processos de construção imagético-discursiva sobre um espaço regional “antimoderno”

Keline Pereira Freire^I
Ana Ângela Farias Gomes^{II}

Resumo: A situação de subjugação a que a região Nordeste tem sido colocada ao longo da história tem sido debatida, com especial referência nos trabalhos de Albuquerque^{III}. A proposta deste texto é alinhar tal questão aos recentes debates sobre colonialismo e decolonialismo. Em diálogo com Quijano^{IV} e Mignolo^V, defendemos que o processo de construção imagético-discursiva do Nordeste tem por base as concepções de modernidade e tradição impostas pela perspectiva colonial. A região foi constituída como contraponto à ideia de modernidade, sendo resgatados aspectos de seu passado colonial para afirmar seu lugar dentro da nação. O debate contemporâneo sobre o decolonial mostra como a construção de conhecimento nas regiões subalternas no capitalismo foi atravessada pela matriz colonial, que determina o que é centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Tais construções seguem operando na modernidade como seu traço mais obscuro.

Palavras-chave: Nordeste; Modernidade; Colonialidade; Decolonialidade.

The colonial invention of the Nordeste: processes of imagetic-discursive construction on an “antimodern” regional space

Abstract: The situation of subjugation to which the Nordeste region has been placed throughout history has been debated, with special reference to the works of Albuquerque. The purpose of this text is to align this issue with recent debates on colonialism and decolonialism. In dialogue with Quijano and Mignolo, we argue that the process of imagetic-discursive construction of the Nordeste is based on the concepts of modernity and tradition imposed by the colonial perspective. The region was constituted as a counterpoint to the idea of modernity, with aspects of its colonial past being rescued to assert its place within the nation. The contemporary debate on decolonialism shows how the construction of knowledge in subaltern regions in capitalism was crossed by the colonial matrix, which determines what is center and periphery, development and underdevelopment. Such constructions continue to operate in modernity as its most obscure feature.

Keywords: Nordeste; Modernity; Coloniality; Decoloniality.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

Introdução

Quijano^{VI}, ao discorrer sobre os processos de colonização, afirma que a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho, que distorce o que reflete. Essa imagem refletida não é de todo equivocada, tendo em vista os processos históricos que nos aproximam. Mas, na realidade, somos profundamente distintos. Olhando no espelho eurocêntrico, porém, nos enxergamos parcialmente, e como resultado, não conseguimos identificar ou resolver nossos verdadeiros problemas. Eles nos aparecem de forma distorcida. Refletir sobre a constituição e a perpetuação histórica das práticas coloniais colabora para a construção do projeto decolonial de nos deslocar da armadilha da colonialidade^{VII}.

O Nordeste do Brasil é a região onde a colonização portuguesa primeiro chegou e, conseqüentemente, o primeiro lugar de exploração. Na região foram inicialmente estabelecidas as bases da formação colonial: o domínio da terra e a exploração da população preta e indígena. Os grandes engenhos de cana-de-açúcar foram o espaço onde as disparidades sociais e econômicas se sedimentaram e onde se produziu o excedente econômico do explorador branco, até que entraram em decadência, devido à baixa na produção. Quando isso ocorre, o chamado Sul do país passa a ser o local de maior perspectiva de industrialização que houvera dado certo na Europa e agora passa a ser o grande desejo dos países não europeus. O produto mais rentável neste momento, capaz de gerar o lucro desejado para tal façanha, era o café, que tinha no Sul seu principal centro de produção.

O Nordeste, outrora oásis econômico, passa a ser sinônimo de decadência, ruína e não lucratividade. Distante da ideia de industrialização e desenvolvimento moderno, a região é construída como ponto de oposição do que não seria o ideal para o país naquele momento. Os discursos que se constroem sobre a região ressaltam um espaço decadente e encontram, para isso, justificativas que, para além do aspecto econômico, levam em conta perspectivas naturalistas e racistas de intelectuais da época. A região seria a mais pobre do Brasil não apenas por não gerar mais riqueza, mas também por seu clima quente e sua população de “raça inferior”. Essas concepções são defendidas por eugenistas que colocam o clima europeu e o homem branco como ideais para a construção do progresso idealizado pelas nações em desenvolvimento. Nesse sentido, São Paulo, em posição oposta ao Nordeste, seria o lugar de clima ameno e de população branca, descendente do europeu colonizador. Assim, apresentava o contexto ideal para conduzir o país ao nível de modernização almejado.

A partir dos conceitos de colonialidade e colonialidade do poder, desenvolvidos por Mignolo^{VIII} e Quijano^{IX}, analisamos como as categorias de conhecimento que definem o moderno e o tradicional, o desenvolvido e o atrasado, foram gestadas nos países colonizados a partir da perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento. Descortinar tais processos colaboram para desvendar o funcionamento da matriz colonial e para a reconfiguração do pensamento como prática decolonial.

Debate decolonial e a instituição do conhecimento

O termo *colonialidade* foi sugerido inicialmente pelo sociólogo Aníbal Quijano na década de 1990 e tem sido explorado por Mignolo^X como o traço mais obscuro da modernidade. Mignolo define *colonialidade* como um conceito decolonial que aponta para as problemáticas gestadas pelo colonialismo que permanecem na modernidade: “a modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’^{XI}.

Não há modernidade sem colonialidade. Por isso, pensar em modernidades globais implica também em conceber colonialidades globais. Para Mignolo, o processo que nomeamos de modernidade se refere a uma série de ações empreendidas pelo branco europeu em diversas partes do mundo a partir do século XVI, com o intuito de alcançar e explorar recursos e seres humanos para fins econômicos, sob a bandeira de missão cristã.

A ideia de modernidade vem sendo gestada com base em padrões estabelecidos por este poder vigente desde o início dessas invasões até os tempos atuais. Tal modernidade consiste em uma forma de colonização dupla, do tempo e do espaço, como pilares da civilização ocidental. A colonização do tempo, criada com a invenção renascentista da Idade Média, e a do espaço, realizada justamente pela colonização das localidades invadidas, o chamado Novo Mundo.

A narrativa mostra um cenário dramático, atrás do qual uma estrutura duradoura de administração e controle foi sendo colocada, enquanto esses tipos de eventos se desdobravam nos séculos XVI e XVII. Controle e administração aqui significam que os atores e as instituições que construíam o jogo também estabeleciam suas regras, sobre as quais as lutas para o poder decisório se desdobrariam. Os africanos e os indígenas estavam excluídos desse processo.^{XII}

Essa estrutura duradoura de administração criou, segundo Quijano^{XIII}, uma matriz colonial do poder, que se expressa historicamente a partir de quatro domínios inter-relacionados: o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Esse corpo de quatro cabeças é sustentado por suas pernas: o fundamento racial e patriarcal do conhecimento^{XIV}. A matriz colonial é equivalente à civilização ocidental e se manifesta na retórica da modernidade, que esconde a lógica da colonialidade. Nesse sistema, que se desenvolve há cerca de 500 anos, estruturas construídas no passado operam ao longo do tempo promovendo a continuidade dos padrões de poder outrora estabelecidos.

Assim, a matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/ regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial^{XV}.

Segundo Quijano^{XVI}, a América se constituiu como primeiro espaço/tempo de padrão de poder mundial eurocêntrico, formando, assim, a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram na produção desse espaço/tempo como eixos fundamentais desse padrão de poder: a ideia de raça, que pautou suposta diferença biológica entre conquistadores e conquistados, apontando uma dita superioridade natural dos conquistadores. Nesse sentido, não apenas a América, mas o mundo foi classificado neste padrão de poder. E o outro processo consistiu na articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, dos recursos e dos produtos em torno do capital e do mercado mundial.

Falando especificamente do padrão de poder com base na hierarquia racial, ele destaca que a raça é uma categoria mental da modernidade, pensada primeiro a partir da América. As relações sociais na América são constituídas com base nessa suposta diferença biológica entre os povos e produziu identidades sociais até então não conhecidas: índios, negros, mestiços,

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

européus. Essa hierarquia racial foi tomada como instrumento de classificação básica dessas populações. Definindo e justificando funções, papéis sociais e padrões de violência.

Essa forma de classificação, segundo o estabelecimento da hierarquia racial, veio a se tornar o principal instrumento de dominação social universal através da expansão da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e da elaboração teórica da ideia de raça como naturalização das relações coloniais de dominação:

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais^{XVII}.

A constituição da hierarquia racial como padrão de poder conduziu ao segundo processo analisado por Quijano como formador da América enquanto espaço/tempo produzido segundo o padrão eurocêntrico: o controle do trabalho e dos recursos em prol do capital. A colonização sistematizou uma divisão racial do trabalho. Neste sistema, coube aos africanos e indígenas a exploração escravista do trabalho braçal e a servidão não remunerada. O trabalho não pago foi historicamente associado às raças dominadas, consideradas inferiores, e o trabalho remunerado, um privilégio dos brancos. Quijano atenta para a divisão racial do trabalho como um sistema que também se estendeu à população global, expandindo as formas de exploração do capitalismo colonial. O controle do trabalho significava o controle de um grupo específico e a manutenção das altas funções da administração pela branquitude social. Fato que vem se sustentado até o tempo presente.

Constituído como um padrão de poder global, cujas determinações pautaram formas de organização e hierarquia social e econômica nos mais diversos aspectos, a hegemonia europeia ou ocidental estabeleceu também o controle sobre as subjetividades, a cultura e a produção do conhecimento. Nessa estrutura de dominação, além da expropriação material dos colonizados, da repressão a suas formas de conhecimento, e da imposição ao aprendizado de sua cultura, os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história, conduzindo a trajetória histórica dos colonizados em direção a Europa.

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente/Ocidente, primitivo/civilizado, mágico/mítico científico, irracional/racional, tradicional/moderno. Em suma, Europa e não-Europa^{XVIII}.

A respeito da modernidade, ela também se estabeleceu como padrão de poder europeu em nível mundial. A ideia etnocentrista e eurocêntrica da Europa como produtora e precursora da modernidade e seus feitos. Essa determinação encontrou resistência intelectual desde o século XIX. O debate sobre a questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento, presente sobretudo nos países colonizados, classificados como subdesenvolvidos, concebe a modernidade como um fenômeno possível a todas as culturas, não apenas a europeia. Isso porque, a modernidade se referiria ao avanço racional-científico, que poderia ser alcançado por qualquer cultura em qualquer tempo e espaço^{XIX}.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

No Brasil, por exemplo, muitos são os debates intelectuais que visam analisar as razões para o não desenvolvimento do país e as disparidades de crescimento regional dentro da lógica colonial. Em algumas ocasiões, esses trabalhos caminham no intuito de propor possíveis soluções econômicas para o alcance do desenvolvimento desejado. Em outras, buscam salientar a problemática das relações capitalistas, que resultam no subdesenvolvimento. Os trabalhos de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), são exemplos.

Quijano, no entanto, chama a atenção para o fato de que definir a modernidade como um conceito que se refere apenas à racionalidade, à tecnologia e à ciência, seria corroborar com a perspectiva europeizante de desenvolvimento moderno. Por isso, ele aponta para uma ideia específica de modernidade, que dá conta de um processo histórico particular ao atual sistema-mundo.

Esta forma de compreender a modernidade considera as já mencionadas formas de dominação social historicamente construídas e onde se expressam o padrão de poder colonial: “... no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo”^{XX}. Ele afirma, portanto, que a modernidade como compreendemos hoje envolve o conjunto da população mundial, e é fruto de um processo histórico de 500 anos, que tem como base o modelo subjetivo do Estado-nação, da família burguesa e da racionalidade eurocêntrica.

A organização política nesse contexto moderno, o estado-nação, pretende a formação de instituições organizadas em torno da ideia de cidadania e democracia política que promoveria igualdade legal, civil e política a pessoas socialmente desiguais. Representando uma espécie de sociedade individualizada entre as demais, o estado-nação pode se apresentar como representativo de identidade por seus membros. Quijano, porém, atenta para o fato de que toda sociedade é uma estrutura de poder, que regula as formas de existência social. Toda estrutura de poder é parcial à imposição de determinado grupo sobre os demais. Embora implique em uma participação mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder:

(...) tal âmbito não poderia ser democrático, isto é, implicar cidadania como igualdade jurídica e civil de pessoas desigualmente situadas nas relações de poder, se as relações sociais em todos os outros âmbitos da existência social fossem radicalmente não democráticas ou antidemocráticas^{XXI}.

Em países cuja população se constitui, majoritariamente, de indígenas, pretos e mestiços, o autor aponta a impossibilidade de se chegar ao Estado-nação eurocêntrico. Nesses espaços, a administração do poder por uma minoria colonizadora jamais poderia implicar em uma administração nacional. No Brasil, mesmo num contexto de independência e abolição da escravatura, negros e indígenas não tiveram seus direitos políticos garantidos. Trata-se de estados independentes com sociedades coloniais.

Nessas sociedades coloniais, a minoria branca no poder e os negros e indígenas não possuíam objetivos comuns. Os interesses no domínio e exploração dessa população de nenhuma maneira os uniria nos mesmos propósitos. Por isso, as ações da elite no poder seguiram a de seus pares europeus. A colonialidade de seu poder os levava a entender que seus interesses eram os mesmos da burguesia europeia. No Brasil, essa dominação foi por muito tempo mascarada sob ideia de “democracia racial”.

Dadas essas considerações, nos interessa pensar como a constituição histórica da região Nordeste – enquanto conceito forjado por uma elite brasileira – foi pautada nas bases do

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

pensamento colonial quanto às instituições de hierarquia racial, divisão racial do trabalho e a ideia de modernidade. Para tanto, vamos nos ater aos processos que culminaram na invenção imagético-discursiva da região.

A invenção de um Nordeste “antimoderno”

A região Nordeste do Brasil foi oficialmente definida na década de 1970, a partir da ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estabeleceu a divisão do país em cinco regiões. No entanto, o seu processo de instituição tem início entre o final do século XIX e início do século XX, quando emergem discursos que a ressaltam como território dotado de especificidades dentro da nação. Segundo Albuquerque^{XXII}, a região foi inventada num contexto de anseio por modernização no país e só pode ser pensada em contraposição a ele. Entendemos, portanto, que tal processo vai trazer para nossa realidade regional a execução, infelizmente exitosa, de um projeto colonial.

Isso porque a região foi instituída como uma dobra espacial particular do Brasil, a partir de uma série de discursos que objetivaram engessá-la enquanto reduto da tradição nacional, para atender aos interesses políticos de uma elite agrária nortista em decadência, bem como da elite sulista, interessada na modernização do país. A região é então forjada como espaço arcaico do Brasil. Aqui analisamos de que forma esse processo de instituição regional esteve imbuído das concepções coloniais europeias que estabeleceram padrões de hierarquia espaciais, raciais, sociais e econômicos.

“O espaço ‘natural’ do antigo Norte cederá lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste, já prenunciada nos engenhos mecânicos ciclópicos usados nas obras contra as secas, no final da década anterior”^{XXIII}. Um espaço construído imageticamente dentro da concepção de nação para atender a interesses específicos. O Nordeste tradicional é assim, um produto desses discursos, que têm se repetido sob diversas formas na sociedade brasileira.

Por um lado, a região foi preterida das transações econômicas do país, que agora se concentravam, principalmente, no chamado Sul^{XXIV}, fazendo com que o Nordeste apresentasse um desenvolvimento inferior às demais localidades da nação^{XXV}. Por outro, os intelectuais locais também contribuem para que a região seja vista como espaço que deveria se manter fixo em suas tradições, em oposição à iminente modernização brasileira.

No processo de construção do Nordeste, em um período em que a região está deixando de ser o centro econômico do país devido à crise no ciclo açucareiro, e o foco econômico deslocando-se para a parte Sul, que está em crescimento e em busca de uma ideia de modernização, a região é divulgada como espaço singular do Brasil. Os longos períodos de estiagem do sertão nordestino são o primeiro elemento de referência do Nordeste, definindo toda a região enquanto espaço de pobreza e demandante de ações assistencialistas do poder público. A seca é divulgada para toda a nação como o grande problema da região, se tornando uma instituição para a captação de recursos financeiros por parte das elites locais. Ela se torna o argumento que define o Nordeste enquanto espaço naturalmente decadente do país.

Ainda no início do século XX, a literatura regionalista de Euclides da Cunha e seu clássico *Os sertões*, cuja primeira publicação data de 1902, contribui para esse processo. Esta, que talvez possamos caracterizar como a primeira obra a respeito dessa parte do Brasil, trouxe ideias naturalistas e racialistas que imperavam no século XIX, todas amplamente adotadas pelo autor e de forte influência na maneira como ele caracteriza o Nordeste, sua natureza e seu povo.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

Clima e raça são duas categorias amplamente utilizadas nesse período para justificar a suposta decadência do Nordeste em relação ao Sul do país. Pensadores do final do século XIX e do decorrer do século XX, influenciados por teorias do racismo científico, determinismo geográfico e ideias eugenistas, vão ver na região aspectos para a aplicação de suas teses.

Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do Brasil*^{XXVI} e *Raça e Assimilação*^{XXVII} vai defender a necessidade de superação das influências indígenas e africanas para o Brasil, havendo, assim, necessidade de branqueamento da população. Para ele, o branco representava um conjunto biologicamente superior. Isso justificaria, por exemplo, a superioridade paulista, que seria, portanto, natural, assim como era natural a inferioridade do Nordeste.

As chamadas notas de viagens de jornalistas enviados ao Nordeste também corroboram para o fortalecimento dessas teses. Nas reportagens de Paulo de Moraes Barros, jornalista do *O Estado de São Paulo*, ele escreve duas séries de artigos, uma intitulada “Impressões do Nordeste”, e a outra, “Impressões de São Paulo”. Na primeira série o jornalista descreve o nordestino como racialmente inferior e, por isso, violento e fanático, sendo, para ele, inadmissível o considerar como base para a construção da nação.

Em contrapartida, suas impressões sobre São Paulo estabelecem o oposto ideal. O estado paulista seria superior, visto que sua população era formada por elementos europeus. O objetivo é dar a entender que a escravidão, os pretos, os indígenas e os então chamados mestiços não faziam parte da composição da população deste espaço. Todos os paulistas eram descendentes de brancos europeus e isso, em si, era suficiente para garantir e justificar sua já posta superioridade^{XXVIII}.

A produção literária de Gilberto Freyre emerge justamente quando o Nordeste está deixando de ser o centro econômico do país. Freyre, filho do patriarcado açucareiro de Pernambuco, juntamente com diversos intelectuais, sobretudo do Recife, encabeça uma série de iniciativas que vão de encontro a esses discursos. Através de suas publicações no *Diário de Pernambuco*, ele vai estabelecer um espaço para a defesa e divulgação de um recorte espacial específico no país: o Nordeste.

Na obra *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*^{XXIX}, Freyre fala de uma região plural, onde predominavam, pelo menos, duas sub-regiões, uma pastoril e outra agrária, sendo esta última, a região da cana-de-açúcar e do massapê, que ele analisa. Ele apresenta uma perspectiva saudosista em um apelo ao Nordeste como o espaço onde se constituiu o Brasil, em que primeiro se fixaram os valores e as tradições portuguesas, que junto com as africanas e indígenas constituíram o Brasil profundo, que o sociólogo defende ser o mais brasileiro. Um espaço composto pela tríade latifúndio, casa grande e senzala, onde imperava uma série de costumes sustentados pela sociedade escravista em que brancos, pretos e índios se relacionavam dentro de uma lógica patriarcal, analisada anteriormente por Freyre em uma perspectiva romântica e harmoniosa em *Casa grande e senzala*^{XXX}. O Nordeste e seus costumes patriarcais e tradicionais seria fruto dessa antiga formação, espaço que gerou o “cabra do Nordeste”.

Freyre apresenta uma perspectiva distinta à de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna na abordagem da questão racial. Para o autor pernambucano, a miscigenação é um aspecto positivo e diferencial para o povo brasileiro. No entanto, sua defesa a positividade da mistura entre raças funcionou de forma a amenizar as consequências da escravização de pretos e indígenas no Brasil, imprimido durante muitas décadas no imaginário social brasileiro o custoso mito da democracia racial. Pensando o Nordeste como espaço central para a construção do país, Freyre não deixa de conceber práticas coloniais e patriarcais como características positivas para a região.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

Este Nordeste, gestor de valores políticos, estéticos e intelectuais, estaria sendo confrontado com uma nova fase na produção do açúcar, mediada não pelo trabalho rural e escravista, mas ocorrendo de forma industrializada, com o trabalho livre, por meio das usinas, instaladas na paisagem da região em fins do século XIX. Esta industrialização estaria promovendo a comercialização da propriedade rural e eliminando aquilo que Freyre chamou de "antiga assistência patriarcal". Para ele, a usina trouxe para o antigo cabra do engenho um regime de trabalho excessivo, onde os trabalhadores exercem suas funções quase nus, moram em "choupanas miseráveis", com uma alimentação deficiente. As exceções a essas práticas só ocorreriam em algumas usinas e engenhos onde o usineiro exercia a "assistência patriarcal ao trabalhador". Essa forma de exploração industrial e comercial das terras da cana se sustentava, segundo ele, através da assistência dos governos aos industriais do açúcar, assumindo um ar de caridade política e econômica.

Freyre concebe uma nacionalidade enraizada na tradição – o processo de industrialização bem como o de transferência do trabalho escravo para o livre teria significado no Nordeste, mais do que em outras regiões, na degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. Tal processo teria provocado uma degradação ainda maior, a do homem, que perdeu a assistência do senhor de engenho, assistência social, moral, religiosa e médica, que era praticada pela família patriarcal no interesse de suas propriedades. A indústria, vinda de longe, e a comercialização das terras que veio com ela, empregavam os "cabras" em companhias e firmas que eles não sabiam a quem pertencia, tirando deles a possibilidade de "na doença ou na dor não têm uma sinhá-dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000"^{XXXI}. Ainda para o autor, essa nova forma de organização:

(...) deixou de encontrar qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de, em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais de vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta^{XXXII}.

O lado oposto a esse processo e, conseqüentemente, mais bem visto por Freyre, seriam as antigas práticas patriarcais, que guardariam as raízes do Nordeste e deram base para a formação do Brasil. Um Nordeste que não estaria centrado em valores europeus, como São Paulo, e por isso, nele estaria a essência formadora do país. Assim, embora não conceba o padrão de modernidade almejado pelo Sul do país como ideal para o Nordeste, sua negativa reside no anseio de conservação de práticas coloniais escravistas e senhoriais.

A literatura da "geração de 30" vai, juntamente com Freyre, construir o Nordeste sob o argumento da memória, colocando-o como o único lugar de vida possível para o homem da modernidade emergente. Só através da memória ele poderá se reencontrar consigo mesmo, com sua identidade ameaçada: “Se o passado é melhor que o presente e ele é a melhor promessa de futuro, caberia a todos se baterem pela volta dos antigos territórios esfacelados pela história^{XXXIII}”.

O chamado romance de 1930, impulsionado por nomes como José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz, entendido como a literatura que revelaria a essência do Brasil real, busca expor o que seriam os vários tipos humanos e as características sociais que compunham a nação. Este romance oferece uma visão nostálgica do Nordeste, o define a partir de uma visão naturalista e realista, de estruturas sociais fixas. Um espaço que se opõe ao moderno, visto que, para estes, a terra é o seu ponto estável de tradições seculares, e não apenas

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

uma mercadoria. Nessas obras, "O Nordeste como o lugar da tradição é sempre tematizado como uma região rural, onde as cidades aparecem como símbolos da decadência, do pecado, do desvirtuamento da pureza e da inocência camponesas^{XXXIV}".

Essa literatura possui forte influência no processo de instituição do Nordeste, e assim como o pensamento tradicionalista em relação à região, ela só é possível pelo surgimento da sociedade moderna. Assim como em Gilberto Freyre, essas produções se atentam para a perda dos valores patriarcais em prol de práticas modernas que vêm sendo assimiladas no país. Com autores oriundos de antigas famílias vinculadas a este Nordeste da tradição, o romance busca uma identificação com um povo marginalizado, como os próprios autores, no momento que as estruturas sociais tradicionais em que estavam arraigados estão sendo destruídas.

Esses discursos são amplamente divulgados e absorvidos pelo Sul do país quando o assunto é caracterizar a nação. Norte e Sul são partes antagônicas de um todo: o Norte, local da tradição e de valores e formas de vida cristalizadas no passado colonial; o Sul, a sociedade urbano-industrial, que vive sob os costumes da cultura moderna aos padrões europeus. Seja na perspectiva da região como espaço tradicional pela manutenção de padrões de comportamento coloniais ou pela ideia de espaço antimoderno e pouco desenvolvido, a instituição imagético-discursiva do Nordeste esteve pautada em categorias de pensamento e práticas de hierarquia baseadas na idealização de composição social do colonizador europeu.

A problematização das questões raciais e “naturais” (como se o problema da seca não passasse pela dimensão política) da região como agravantes para o seu não desenvolvimento social, bem como a ideia de que ela deveria manter certos costumes coloniais para não perder a essência de sua tradição, são igualmente problemáticas. Os discursos que formaram a ideia de Nordeste tradicional e não desenvolvido ganham espaço em produções artísticas, literárias e jornalísticas. Instituída a partir dessas dizibilidades e visibilidades, essa percepção sobre a região atravessou contextos históricos e permanece no imaginário social, sendo sempre solicitada quando se quer estabelecer comparações entre as regiões do país. O Nordeste, assim como o Norte, seguem sendo identificados como espaços onde o desejado “desenvolvimento moderno” ocorre de forma mais lenta ou menos efetiva. Assim como a população dessas regiões seguem apontadas como detentoras de graus de educação “menores” se comparadas às do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Traçando caminhos decoloniais

Vimos como a constituição imagético-discursiva do Nordeste do Brasil esteve permeada por perspectivas coloniais, que determinam espaços inferiorizados na lógica capitalista segundo questões econômicas, raciais e naturais. A instituição da região se deu na elevação desta a espaço particular do Brasil devido sua cultura e aspectos históricos. No entanto, para que esta instituição acontecesse, foram reforçados padrões de poder coloniais e o Nordeste do Brasil é divulgado como dobra espacial tradicional do país, sobretudo, pela ideia de um lugar onde se conservavam práticas senhoriais de mando masculino, população isolada e ligada a terra e convivência pacífica entre senhores e escravizados.

Estes discursos imperaram quanto a caracterização da região e foram amplamente divulgados para o país, gerando uma série de discursos sociais, jornalísticos, literários e artísticos que corroboravam com esta ideia de Nordeste tradicional, que muito serviu para determinar a região enquanto espaço arcaico e antimoderno do Brasil.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

No entanto, muito se produziu sobre o Nordeste na direção contrária a estas percepções. Os trabalhos de Albuquerque e Furtado, já citados aqui, juntamente com uma série de textos acadêmicos atuam na perspectiva de desconstruir discursos historicamente construídos acerca de um Nordeste naturalmente decadente. Outros discursos emergem nesse sentido, sobretudo no decorrer do século XX.

Citando especificamente a arte, o Nordeste foi sempre um espaço destacado na em obras literárias, musicais e cinematográficas. Temas de sua história, como o cangaço e o Sertão são amplamente explorados artisticamente. Tais realizações, muitas vezes corroboraram com os discursos que engessavam a região como espaço decadente e partiam de iniciativas empreendidas a partir de estados do Sudeste. Outras, porém, elevaram discursos de contestação a estas perspectivas.

Falando especificamente do cinema, o Nordeste foi sempre recorrido como espaço e tema de representação na produção brasileira. Muitos filmes ressaltaram a região distante de determinações coloniais retirando-a da condição conformista de espaço isolado, homogêneo do Brasil, para contextualizá-la nas questões sociais do país.

Dentre essas exceções, vemos os filmes do Ciclo do Recife (1923-1931), um dos ciclos cinematográficos pioneiros no Brasil, desenvolvido em um período em que o cinema brasileiro ainda dava seus primeiros passos. Ele consistiu em uma iniciativa de cerca de 30 jovens, liderados por Edson Chagas e Gentil Roiz, que fundam a produtora Aurora Filme na capital pernambucana e realizam diversos longas-metragens. Nas obras, pode-se notar cenários reais de uma Recife já bastante urbanizada¹⁰, além de costumes locais, que aparecem com frequência.

Nessas realizações pernambucanas vê-se uma quantidade considerável de produções de uma arte ainda em crescimento no território nacional, o cinema. Isso nos ajuda a pensar sobre as contradições dessa representação do Nordeste enquanto espaço antimoderno. Os filmes do Ciclo apresentam uma interpretação sobre o Nordeste diferente da maior parte das realizações sobre a região vistas até então^{xxxv}. Eles são pioneiros na produção de longas-metragens de ficção na região. Neles o foco está, principalmente, no nordestino burguês, que está sendo retratado em cena e no comando da realização, refletindo sobre seu espaço.

Um destaque de bastante relevância, não só no que concerne à representação cinematográfica do Nordeste, como também na formação do cinema nacional, está nos filmes do Cinema Novo (anos 1960 e 1970). O fortalecimento da produção brasileira no sentido de uma busca pela identificação da arte com a nação ganha contornos mais críticos a partir do movimento. Paulo Emílio Salles Gomes^{xxxvi}, ao escrever em um ensaio fundamental para a compreensão do cinema nacional até então, destacou os diversos motivos pelos quais o cinema brasileiro é subdesenvolvido.

O principal deles estaria, indiscutivelmente, na presença maciça de influência estrangeira na forma como consumimos e produzimos a sétima arte. O nosso subdesenvolvimento não é uma etapa, segundo o autor, mas um estado permanente, que nos leva a inculcar com facilidade o que vem de fora, dificultando a compreensão real de quem somos, “a penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”^{xxxvii}. O movimento cinemanovista, no entanto, é destacado pelo autor como a experiência mais forte de construção de um cinema próximo de nossa realidade.

As produções do Cinema Novo, sobretudo em sua primeira fase, apresentaram temáticas relacionadas ao Nordeste do Brasil, espaço já tido como “problema” do país nestes anos, como parte de um projeto de desenvolvimento extremamente desigual do país. As questões da terra, da seca, da fome e do cangaço, tão vistas no cinema sobre a região, não são naturalizadas como

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

próprios do Nordeste e consequência de seu clima quente e população pouco escolarizada, mas sim frutos de uma estrutura social de exploração, que engessava os mais pobres em sua condição de pobreza, enquanto aumentava fortunas de coronéis e políticos.

Esta preocupação em pensar a questão nacional a partir de um olhar contestador e não conformista é central para os cineastas do movimento, não só pela preocupação com a problemática brasileira, mas por um contexto de colonização não superada que envolve toda a América Latina, segundo ressalta Glauber Rocha em seu *Estética da fome*^{XXXVIII}.

No texto-manifesto, Glauber destaca o colonialismo e a fome como nossos problemas centrais, que justificam o Cinema Novo ser tal como é: com uma estética realista e personagens famintos, que reagem a estruturas de exploração, muitas vezes através da violência: “assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente: e a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência”^{XXXIX}.

Compreende-se, assim, o porquê de ser o Nordeste o ponto de partida do movimento, visto que nenhum outro espaço do país corporifica tantos problemas de nossa formação colonial. O descaso político e econômico em relação a região, a fome e a seca decorrentes dele, bem como as reações que esse contexto provoca a partir do cangaço, do messianismo e das manifestações rurais em torno da questão da terra, transformam a região nesse organismo central, aglutinador de problemas embrionários de um país construído a partir da exploração de muitos, para o enriquecimento de poucos. Para o Cinema Novo, o Nordeste pode ser síntese do verdadeiro Brasil, não por questões naturais e raciais, mas pela ação de uma lógica colonial que o torna preterido, explorado, faminto e, apesar de tudo, resistente.

Filmes como *Baile Perfumado*, (1997), de Lírio Ferreira e Paulo Caldas, e as realizações mais recentes de Kleber Mendonça Filho, Karim Ainouz, Marcelo Gomes, Renata Pinheiro, Glenda Nicácio e Ary Rosa, também atuam no sentido produzir debates acerca do Nordeste distante dos determinismos regionais que o constituiu. Tais cineastas buscam problematizar aspectos históricos da região, inserindo-a no debate em torno da lógica da modernidade e das desigualdades produzidas a partir dela. O Nordeste visto nesses filmes não difere de nenhuma grande metrópole mundial, tanto por apresentar um considerável desenvolvimento urbano, quanto por se ver nele a permanência de práticas coloniais sem as quais não se podem conceber a modernidade que nos cerca. Essas obras não representam um território isolado e naturalmente atrasado, mas problematizam aspectos de um espaço onde a lógica da modernidade atua de modo segregador, tal qual em todos os lugares onde as heranças do colonialismo continuam a agir.

Considerações finais

Traçar aspectos históricos que demarcam os processos que constituíram nossas concepções políticas nos possibilita pensar como espaços, aparentemente formados naturalmente, se constituíram enquanto conceito para o imaginário social a partir de mentalidades coloniais, que persistem ao longo dos tempos e alcançam o presente. Tais processos determinam lugares sociais, promovendo a continuidade da lógica colonialista definindo hierarquias raciais, econômicas, de trabalho e de gênero e sexualidade.

Colonialidade e matriz colonial do poder representam, antes de tudo, um projeto político de poder que se perpetua a séculos. Ao mesmo tempo, na medida em que um pensamento crítico define o colonial como conceito, vemos apontados os caminhos para o decolonial e a implicação

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

por uma desnaturalização do conhecimento e as práticas herdadas da instituição eurocêntrica de poder para identificar os traços de dominação que nos cercam.

A constituição da região Nordeste, como um produto de ações de uma elite econômica e intelectual no momento que o país se pretendia moderno, revela os muitos aspectos obscuros da colonialidade no contexto brasileiro. A nossa ideia de modernidade se apresenta amplamente ligada à base de poder colonial, replicando os padrões de segregação e violência que se impõem há cinco séculos. Pensar decolonialmente perpassa pelo esforço de entender essa lógica da colonialidade, que se esconde por trás da retórica da modernidade, para só então enxergarmos com exatidão a nossa história e suas problemáticas.

Notas

^I Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema da UFS (PPGCINE/UFS). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPE (PPGH/UFPE). Bolsista CAPES.

^{II} Jornalista, mestre em Sociologia, doutora em Comunicação. Professora do Curso de Cinema e Audiovisual e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGCINE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

^{III} Albuquerque (2011) e (2003).

^{IV} Quijano (2005).

^V Mignolo (2017).

^{VI} Quijano (2005).

^{VII} Mignolo, 2017, p. 2.

^{VIII} Idem.

^{IX} Idem.

^X Idem.

^{XI} Mignolo, 2017, p.2.

^{XII} Mignolo, 2017, p.4.

^{XIII} Quijano, 2005, p. 118.

^{XIV} Mignolo, 2017, p.6.

^{XV} Mignolo, 2017, p. 10.

^{XVI} Quijano (2005).

^{XVII} Quijano, 2005, p. 118.

^{XVIII} Idem, 2005, p.122.

^{XIX} Quijano, 2005, p. 122.

^{XX} Quijano, 2005, p.123.

^{XXI} Quijano, 2005 p. 130.

^{XXII} Albuquerque (2011).

^{XXIII} Albuquerque, 2011, p. 51.

^{XXIV} Albuquerque (2011), destaca o Nordeste como “filho da ruína”, que se refere a antiga divisão geográfica do país, que classificava as regiões como “Norte” e “Sul”, para demarcar diferenças naturais, mas, sobretudo, econômicas dentro da nação. O Nordeste estava inserido nesta parte “Norte”. Assim, quando nos referimos a períodos anteriores à divisão regional de 1970, mencionaremos Norte e Sul como sinônimos de espaços onde hoje se encontram o Nordeste e os estados do Sul e Sudeste, respectivamente.

^{XXV} Furtado (2009), em um minucioso estudo realizado entre o final da década de 1940 e o início dos anos de 1950, aponta a disparidade de desenvolvimento econômico do Nordeste e do Centro-sul do país. O autor destaca uma disparidade de mais de o dobro somente em renda per capita. Uma diferença substancial, que, caso mantida, só se assentaria com o passar dos anos.

^{XXVI} Vianna, (1920).

^{XXVII} Vianna (1932).

^{XXVIII} Albuquerque, 2011, p. 56.

^{XXIX} Freyre (1937).

^{XXX} Freyre (1933).

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

XXXI Freyre, 1961, p. 177.

XXXII Freyre, 1961, p. 178.

XXXIII Albuquerque, 2011, p. 100.

XXXIV Albuquerque, 2011, p. 132.

XXXV Segundo Schwarzman (2010), neste período a produção nacional se resumia a pequenas apreensões documentais e, sobre o Nordeste, o que se via eram documentários de obras contra as secas, muitos realizados sob encomenda do governo federal e construtores de uma ideia de desastre natural que a ação dos homens e do governo vinha socorrer e corrigir.

XXXVI Gomes (1973).

XXXVII GOMES, 2001, p. 90.

XXXVIII Rocha (1965).

XXXIX Rocha in Cohn org., 2011, p. 56.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **Nordestino: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940)**. Maceió, Catavento, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004. 717 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil (Global).

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE/ 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 283 p. (Arquivos Celso Furtado; v.3). ISBN 9788578660215.

GOMES, Emílio Salles. **Cinema: uma trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo. Paz e Terra, 2001.

MIGNOLO, D. Walter. **Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32 n° 94 junho/2017. DOI 10.17666/329402.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROCHA, Glauber. **Uma estética da fome**. Gênova, 1965. In Cinema Ensaio Fundamentais, Sergio Cohn (org.), Rio Janeiro, Azougue Editorial, 2011.

SCHVARZMAN, Sheila. **A invenção do Nordeste no cinema**. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; Jaguaribe, QUEZADO, Ana (orgs). **Nordeste, memória e narrativas da mídia**. Fortaleza: Edição Íris/ Expressão Gráfica Editora, 2010.

VIANNA, Oliveira, 1883-1951. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 424 p.

A INVENÇÃO COLONIAL DO NORDESTE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO
IMAGÉTICO-DISCURSIVA SOBRE UM ESPAÇO REGIONAL “ANTIMODERNO”

FREIRE, K. P.
GOMES, A. A. F.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife – Porto Alegre.
Companhia Editora Nacional, 1938. 287p.